

do cargo de chefe de divisão de Fiscalização I da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da ASAE com efeitos a 30 de Outubro de 2006.

8 de Outubro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

#### Despacho n.º 21 539/2006

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia é efectuado por procedimento concursal de entre os funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o mestre Rui Nuno Almeida Dias Fernandes possui a experiência profissional, competência técnica e perfil adequados às exigências do cargo de director de serviços Gerais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), devidamente demonstrados no decurso do procedimento, reunindo, assim, as condições para ser nomeado;

Findo o referido procedimento concursal, nomeio, após cumprimento dos preceitos do respectivo procedimento, ao abrigo do disposto no artigo 21.º do citado diploma legal, o mestre Rui Nuno Almeida Dias Fernandes no cargo de director de serviços Gerais da ASAE, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

A presente nomeação produz efeitos a 16 de Outubro de 2006.

12 de Outubro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

#### Síntese curricular

Identificação — Rui Nuno Almeida Dias Fernandes.  
Habilitações literárias:

Mestre em Gestão (1999), Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas (1993), Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

Director de serviços da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, em regime de substituição;

Desde 20 de Julho de 2004 — chefe de divisão de Gestão Financeira na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 1 de Março de 2003 a 16 de Julho de 2004 — assessor económico e financeiro do Gabinete da Ministra da Justiça do XV Governo;

De 24 de Junho de 2002 a 28 de Fevereiro de 2003 — assessor económico e financeiro do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça;

De 1 de Janeiro de 1999 a 23 de Junho de 2002 — no Gabinete do director-geral dos Impostos como gestor de conteúdos do *site* da DGCI (planeamento, coordenação e controlo do *site*);

De 27 de Novembro de 1995 a 31 de Dezembro de 1998 — Direcção de Serviços de Prevenção e Inspeção Tributária, sendo responsável por inspecções tributárias (IRC, IRS e IVA) a diversas empresas do ramo industrial;

De Outubro de 1993 a Novembro de 1995 — auditor externo da empresa Arthur Andersen & Co. — Auditoria e Consultoria;

Desde 2000 — docente universitário do Departamento de Economia e Gestão da Universidade Lusófona.

Formação profissional:

Prémio Boas Práticas no Sector Público (3.ª edição de 2005) — menção honrosa na categoria sistemas de informação de gestão com o projecto «Controlo financeiro centralizado do Ministério da Justiça», Deloitte, *Diário Económico* e INA;

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, INA;

Seminário de Alta Direcção, INA;

«Prestação de contas e responsabilidade financeira nos serviços com autonomia administrativa», INA;

«Peritos de fiscalização tributária»;

«Técnico economista»;

«Metodologias de inspeção tributária»;

«Lei Geral Tributária».

Direcção Regional da Economia do Alentejo

#### Despacho n.º 21 540/2006

Por despacho de 3 de Outubro de 2006, foi concedida licença de exploração ao processo de ampliação da pedra n.º 33 denominada

Herdade da Vigária ou Barrinho, sita na Herdade da Vigária, freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa e distrito de Évora, para extracção de blocos de mármore (ornamental), nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, explorada pela empresa SOLUBEMA — Sociedade Luso-Belga de Mármore, L.ª

Esta licença foi precedida pela emissão de declaração de impacte ambiental com parecer favorável condicionado, emitido em 24 de Novembro de 2005.

3 de Outubro de 2006. — O Director Regional, *Bernardino M. Mar-melada Piteira*.

Instituto Nacional de Engenharia,  
Tecnologia e Inovação, I. P.

#### Despacho n.º 21 541/2006

Considerando que o director de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial do INETI, I. P., apresentou, em 2 de Outubro de 2006, o pedido de cessação das funções que vinha desempenhando, o conselho directivo, em reunião de 4 de Outubro de 2006, deliberou aceitar e dar provimento a esse pedido, no que se refere ao citado cargo, e, tendo em conta a vacatura do lugar, nomear, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para exercer o cargo de director de serviços da DSGFP a Dr.ª Ana Cláudia Feio Ferro de Carvalho, nesta data chefe de divisão da mesma Direcção de Serviços. Esta nomeação produz efeitos a partir de 10 de Outubro.

4 de Outubro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, em substituição do Presidente, *Teresa Ponce de Leão*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado  
do Desenvolvimento Rural e das Florestas

#### Despacho n.º 21 542/2006

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a engenheira Maria Teresa Franco Alves da Silva para prestar assessoria específica no acompanhamento da actividade desenvolvida pela sociedade Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A., na qualidade de representante deste Gabinete, atenta a sua especial formação nesta área.

2 — A imprescindibilidade da respectiva colaboração resulta da necessidade de indicar um(a) representante, detentor de reconhecida capacidade técnica e de um extenso currículo profissional, que promova e acompanhe a articulação do nosso Gabinete com a referida sociedade, em que o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas detém uma participação social.

3 — A nomeação referida no número anterior terá a duração de quatro meses, podendo ser revogada a todo o tempo, sem direito a qualquer indemnização.

4 — Pelo trabalho desenvolvido no âmbito da prestação de serviços de assessoria e acompanhamento, a nomeada receberá uma remuneração mensal de € 750, eventualmente acrescida de IVA à taxa legal em vigor, caso se verifiquem as condições legalmente exigidas para tanto.

5 — A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Setembro de 2006.

10 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

#### Despacho (extracto) n.º 21 543/2006

Por despacho de 2 de Outubro de 2006, foi o licenciado Rui Manuel Palmeiro Trindade, técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, provido definitivamente na cate-